

Plenária discute Análises Clínicas em Veterinária e responsabilidade em Homeopatia



Uma proposta de Resolução que pretende regulamentar o exercício das Análises Clínicas em Veterinária pelo farmacêutico analista clínico foi apresentada à Plenária do Conselho Federal de Farmácia (CFF), na reunião de novembro, pela Comissão de Análises Clínicas do órgão. Devido a problemas em seu texto, a votação da proposta foi adiada para a Plenária de dezembro, para que haja tempo de sofrer as modificações necessárias em sua redação. A

proposta entrará em consulta pública, a partir de janeiro, e será disponibilizada no *site* do CFF (www.cff.org.br).

Segundo a Presidente da Comissão de Análises Clínicas do CFF e Conselheira pelo Rio Grande do Norte, Lenira da Silva Costa, Relatora da proposta, a regulamentação pelo Conselho desse nicho de atuação dos farmacêuticos fará aumentar o conhecimento da categoria em relação à área. "As Análises Clínicas em Veterinária é um segmento pouco explorado e que pode ser um bom campo de atuação para farmacêuticos-bioquímicos", argumenta a Conselheira.

Homeopatia - Representantes da Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas (ABFH) compareceram à Plenária para debater os pré-requisitos exigidos para a manipulação de medicamentos homeopáticos, estabelecidos pela Resolução 440/2005, publicada, em 26 de outubro de 2005, a qual dá nova redação à Resolução 335/98.

Os conselheiros decidiram suspender temporariamente as discussões sobre a Resolução, que apresenta prerrogativas para o exercício da responsabilidade técnica em Homeopatia, e convocaram uma reunião da ABFH com a Comissão de Farmácia do CFF, com o objetivo de discutir as sugestões de mudança no texto.

Fepafar discute seu novo regulamento

Vice-presidente do CFF, Edson Taki, pede que entidade seja mais prática.



Vice-presidente do CFF, Edson Taki

O Vice-presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Edson Taki, defende que a Federação Pan-americana de Farmácia (Fepafar) atue junto aos farmacêuticos e aos governos das

Américas do Sul e Central, oferecendo-lhes propostas na área da atenção farmacêutica. O dirigente do CFF participou da reunião da Fepafar, realizada, em Havana (Cuba), no dia 28 de novembro de 2005. Representantes dos países do Continente compareceram ao encontro, em que discutiram o novo regulamento da entidade o qual vai definir a missão, objetivos

e área de atuação da mesma.

Para Edson Taki, a Federação pode ter um papel de liderança junto às autoridades do setor de saúde, principalmente sul e centro-americanas. Ele pede que o órgão seja mais pragmático e estabeleça um calendário de ações factíveis. "A Fepafar precisa mobilizar farmacêuticos e agir junto aos órgãos de saúde, com vistas a sensibilizá-los para questões fundamentais, como a participação efetiva do profissional em programas de uso racional de medicamentos e de sua participação nos programas de atenção básica", explica o Vice-presidente do CFF.

A executiva da Fepafar já manifestou a intenção de trabalhar junto aos órgãos de saúde, como a Organização Pan-americana de Saúde (Opas) e a Organização

Mundial da Saúde (OMS). O Dr. Edson Taki sugere: "A Fepafar precisa atuar, de maneira mais prática e mais incisiva, não se limitando ao lançamento de campanhas, como tem sido".

Na pauta da reunião de Cuba, esteve em votação a entrada da Espanha para a Fepafar, que foi aprovada. Edson Taki, representante do Brasil, aproveitou a oportunidade para firmar parceria com o representante espanhol, Pedro Capilla. Segundo a parceria, em breve, os farmacêuticos brasileiros passarão a acessar o Portal Farmácia, do Colégio Farmacêutico da Espanha. Esse portal recebe cerca de cinco mil visitas, por dia, e disponibiliza cursos de educação continuada na área de Farmácia Hospitalar, além de informações sobre fármacos e interações medicamentosas.



Questão de gestão na assistência farmacêutica

A partir de 2006, Estados e Municípios passam a se responsabilizar pela aquisição dos medicamentos utilizados na atenção básica. Atualmente, eles são adquiridos pelo Ministério da Saúde, que os envia às secretarias de Saúde.

Os produtos utilizados na atenção básica são os que integram a Rename (Relação Nacional de Medicamentos). A descentralização vem junto a outra medida: o Ministério elevará em 136% o valor, por habitante, do repasse mensal de recursos às Unidades da Federação destinados à aquisição desses medicamentos.

A Secretária-Geral do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Lérida Vieira, alerta as autoridades para a necessidade de incluírem farmacêuticos nos quadros das secretarias, com vistas a que ELES invistam em gestão no trato da assistência farmacêutica. "Apenas ampliar os recursos em medicamentos seria uma medida saneadora, não fosse o fato de os serviços públicos, em todos os níveis, praticamente não contarem com a participação de farmacêuticos à frente dos serviços", ressalta. A Secretária-Geral enfatiza que a ausência do profissional pode ser entendida como uma lacuna na gestão dos serviços de assistência.

A decisão do Ministério da Saúde, de transferir recursos para que Estados e Municípios adquiram medicamentos, é resultado de um pacto firmado entre as partes na Comissão Intergestores Tripartite, composta pelas três esferas de gestão do SUS (Sistema Único de Saúde). Além do aumento de 136% no valor repasse, por habitante, será aumentado, também, um outro valor.

"A participação do farmacêutico no serviço público vai acontecer. Ela será inevitável, mesmo porque o SUS e os programas públicos não suportam mais a sua ausência".

(Lérida Vieira, Secretária-Geral do CFF)

Hoje, o Governo Federal assegura a cada brasileiro, no campo da saúde, R\$ 1,50, ao ano. A partir de abril de 2006, esse valor subirá para R\$ 3,75. E mais: os Estados e Municípios deverão colocar mais R\$ 1,00, cada um, como contrapartida, formando, assim, um fundo no valor de R\$ 5,75, por habitante.

O temor da dirigente do CFF, Lérida Vieira, é que perdue o baixo aproveitamento dos recursos na saúde. Ela lembra que o Ministério aumenta sistematicamente o valor dos recursos aplicados na aquisição de medicamentos. Contudo, a população não tem os benefícios na mesma proporção. "Os recursos destinados à aquisição de medicamentos são maiores, mas a carência de medicamentos continua a mesma, quiçá não seja maior", observa.

Para a Dra. Lérida Vieira, esse fenômeno tem explicação na au-

sência de gestão na assistência farmacêutica. "Grande parte dos programas nessa área está nas mãos de pessoas leigas em Farmácia, sem qualificação para dar aos serviços uma visão de gestor e para instituir, ali, a atenção farmacêutica com os rigores previstos", denuncia. Lembra

que a implantação da assistência farmacêutica nos programas públicos significaria adesão ao tratamento, não internação desnecessária, criação de políticas de uso racional de medicamentos, economia na aquisição dos produtos, entre outros benefícios.

Lérida Vieira pede que os profissionais realizem cursos de gestão em assistência farmacêutica. Entende que eles devem preparar-se para os novos desafios que surgirão no setor público. "A participação do farmacêutico no serviço público vai acontecer. Ela será inevitável, mesmo porque o SUS e os programas públicos não suportam mais a sua ausência", prevê a Secretária-Geral do CFF.



Lérida Vieira,
Secretária-Geral do CFF

Países de língua portuguesa: é preciso romper fronteiras

O jornal da AFPLP (Associação dos Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa) traz, na edição de dezembro, um artigo do seu Presidente, Salim Tuma Haber, que trata da necessidade de o Brasil e Portugal somarem esforços, com vistas a promover a atividade farmacêutica, nos países da África portuguesa. "Além dos laços culturais e da língua comum que falamos, os países de língua portuguesa precisam romper uma importante fronteira e criar elos que os unam em outro plano: a saúde, especialmente,

no que diz respeito aos medicamentos e à assistência farmacêutica", diz Tuma Haber, que é, também, Diretor Tesoureiro do Conselho Federal de Farmácia. Ele destaca que as experiências farmacêuticas brasileiras, principalmente no campo da legislação, poderiam ser oferecidas aos africanos.

O Presidente da AFPLP sustenta que o Brasil tem muito o que oferecer aos seus irmãos africanos. "As mais recentes políticas públicas adotadas, aqui, com vistas a universalizar o acesso aos



Salim Tuma Haber, Tesoureiro do CFF

medicamentos e a combater o vírus da Aids, são exemplares e podem ser disponibilizadas à África portuguesa”, aponta. As dificuldades de acesso ao medicamento e aos serviços farmacêuticos são um desafio estratosférico dos países africanos de língua portuguesa. Essas duas ca-

rências formam uma perigosa combinação, que resulta em grave desacerto social.

Tuma Haber lembra que o Brasil também vive a dificuldade de acesso aos medicamentos, mas o Governo tem enfrentado o problema com políticas públicas vitoriosas. “Essas iniciativas podem balizar a criação de políticas do gênero a serem adotadas pelos governos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe”, comenta.

A criação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), a implantação da Lei dos Medicamentos Genéricos, o fortalecimento dos laboratórios farmacêuticos estatais; a criação do Programa Farmácias Populares, a implantação do sistema de fracionamento de medicamentos, o incentivo fiscal às indústrias que produzem medicamentos essenciais, a busca da qualidade dos produtos farmacêuticos, entre outras ações de governo, formam um novo perfil sanitário, no Brasil. “São experiências que o farmacêutico brasileiro e o Conselho Federal de Farmácia (CFF)

podem repassar aos africanos”, insiste Tuma Haber.

Ele observa que o Brasil tem participado de missões junto à África portuguesa. “Mas precisamos fazer algo sistemático, planejado e permanente no setor farmacêutico, tendo como foco a atenção farmacêutica”, alerta o Presidente da AFPLP. Ele vislumbra a possibilidade de realização de uma ação conjunta que envolva organismos oficiais e não-oficiais brasileiros, portugueses e mesmo de outros países, com o objetivo de promover uma aproximação entre os farmacêuticos do Brasil e de Portugal com os dos países africanos.

“Os farmacêuticos africanos poderiam realizar, no Brasil e em Portugal, estágios em universidades, em empresas privadas e em órgãos públicos pós-graduações”, adianta Salim Tuma Haber. Ele pede um esforço internacional para criar cursos de Farmácia e laboratórios voltados à produção de medicamentos essenciais, naqueles países. Pede, ainda, ações mais efetivas voltadas ao combate das pandemias.

EUA querem estabelecer limites para importação de genéricos

Os Estados Unidos pretendem limitar a compra de medicamentos genéricos pelos países em desenvolvimento ou sem capacidade de produção, sob a alegação de que esses medicamentos estejam sendo redirecionados a outros mercados. Há dois anos, em Genebra, a importação de genéricos foi acordada, para permitir que países mais pobres pudessem importar daqueles mais desenvolvidos.

Brasil, Índia e Argentina, temendo a aceitação dos limites sugeridos pelos Estados Unidos no acordo oficial, já se declararam contra a proposta, que tem, também, o apoio dos europeus. O Governo americano está se mobilizando para conseguir mais aliados e, em novembro, se reuniu com governos africanos, para tentar convencê-los a adotar a proposta de limitação das importações de genéricos.



Universidade Federal de Santa Maria ganha Centro de Bioequivalência



Foi inaugurado, no dia dois de dezembro, em Santa Maria (RS), o Centro de Bioequivalência da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O Centro, implantado com o apoio financeiro da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), vai realizar ensaios para avaliar a equivalência farmacêutica e a biodisponibilidade de produtos farmacêuticos. Esses testes são obrigatórios para o registro de medicamentos genéricos e de similares.

O objetivo da Anvisa é dotar o País de

autonomia científica, tecnológica e operacional para dar suporte ao Programa de Medicamentos Genéricos. A inauguração do Centro faz parte de uma política de incentivo ao desenvolvimento da estrutura laboratorial do Brasil.

Desde 2000, a Anvisa já investiu cerca de 17 milhões em apoio a projetos de universidades de todo o País, para ampliar a capacidade analítica dos laboratórios universitários, especialmente, na área de bioequivalência de medicamentos.

Brasil já tem legislação sanitária sobre laboratórios clínicos

Já está em vigor a primeira legislação de vigilância sanitária de âmbito federal para laboratórios clínicos e postos de coleta. O objetivo da [RDC 302/2005](#), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), é garantir a qualidade dos exames e a diminuição dos riscos inerentes aos processos de trabalho desses serviços de saúde.

A nova regulamentação detalha todos os passos para a coleta de material, análise de amostras e emissão dos resultados do exame (laudos). No Brasil, existem cerca de 18 mil laboratórios que realizam diagnósticos fundamentais para o tratamento médico. Um simples erro nesse trabalho pode levar ao tratamento equivocado de uma doença e ao agravamento de um problema de saúde.

A Resolução da Anvisa determina, por exemplo, que os laboratórios clínicos deverão ter um profissional legalmente habilitado como responsável técnico. Esse profissional poderá responder por, no máxi-

mo, dois serviços, seja de coleta ou análise. A publicação, também, obriga a inscrição dos estabelecimentos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Para os usuários desses serviços, a nova regulamentação garante o direito de acesso a toda informação necessária, antes do procedimento de coleta. Caso o resultado de um exame demonstre a necessidade de uma ação imediata, o laboratório deve entrar em contato com o médico, o paciente ou o responsável. Além disso, todos os resultados deverão ser arquivados, por um período de cinco anos, garantindo a sua rastreabilidade. Os laboratórios clínicos e postos de coleta laboratorial terão 180 dias para adequação às novas regras.

Fonte: Agência Saúde, do Ministério da Saúde. Telefones (61)3315-2351, 3315-2005 e 3223-4089, fax (61) 3225-7338.
E-mail imprensa@saude.gov.br
e portal www.saude.gov.br



Farmacêutica Suely Vilela é a nova Reitora da USP

A professora Suely Vilela Sampaio, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP), é a nova Reitora da USP. O anúncio foi feito pelo Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, na tarde do dia 23 de novembro de 2005, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. A cerimônia de posse aconteceu, no dia 26, na sede do Governo do Estado de São Paulo.

"Após 70 anos, a USP, que está entre as 200 melhores universidades do mundo, terá a sua primeira reitora", disse Alckmin. Suely Vilela apontou como principal prioridade de sua gestão a valorização do ensino de graduação. "Na atual gestão, houve expansão do número de vagas, mas, agora, é preciso fazer inclusão social", anunciou a nova Reitora. A professora propõe a realização de ações afirmativas. "Além de um programa para alunos e professores do ensino médio, denominado USP na Escola Pública, também, serão implantadas políticas de permanência".

A professora afirmou que foi eleita pelo trabalho que desenvolveu na Pró-Reitoria de Pós-graduação da USP, cargo que ocupou entre os anos de 2002 e 2005. "Sempre, houve um diálogo com professores e alunos e todos os temas eram colocados em votação, somente depois de estarem bem discutidos e aceitos", afirmou. "Fui eleita pelas idéias e propostas, não por ser mulher ou de um campus do interior, mas esta escolha representa uma mudança de paradigmas na USP", concluiu Suely Vilela.

Currículo – Suely Vilela Sampaio, graduada em Farmácia Bioquímica, em 1975, na FCFRP, teve sua carreira acadêmica toda construída na USP: mestrado, em 1980; doutorado, em 1985; pós-

doutorado, em 1990; e livre-docência, em 1991. Desde 1996, é titular do Departamento de Análises Clínicas, Toxicológicas e Bromatológicas da FCFRP.

Professora colaboradora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Suely atuou como professora visitante na *Université de Nice* (França), em 1993; *Universidad de Chile* (1996), *Universidad de la Costa Rica* (1997), *University of London* (Inglaterra), em 1999; *Università Degli Studi – Parma* (Itália), *Universidad de La Habana* (Cuba), *Rutgers University* (EUA), *Universidad de Barcelona* (Espanha) e *Ohio University* (EUA), em 2004.

A lista tríplice com os nomes escolhidos, no segundo turno das eleições, foi entregue ao

FOTO: Eliana de Freitas Soares



Reitora Suely Vilela é farmacêutica-bioquímica

Vice-governador Cláudio Lembo (PFL), no Palácio dos Bandeirantes, no dia oito de novembro, pelo Reitor Adolpho José Melfi. Também, constavam da lista os nomes dos professores Adilson Avansi de Abreu, Pró-reitor de Cultura e Extensão, e Hélio Nogueira da Cruz, Vice-reitor.

Fonte: Agência USP

Presidente do CFF encaminha telegrama a Suely Vilela

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, encaminhou um telegrama à farmacêutica Suely Vilela, cumprimentando-a pela escolha do seu nome para ocupar o cargo de Reitora da USP (Universidade de São Paulo). Diz o telegrama:

Professora Doutora Suely Vilela Sampaio,

O Plenário do Conselho Federal de Farmácia e os diretores deste órgão parabenizam-na pelo anúncio do seu nome pelo Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, para ocupar o cargo de Reitora da USP (Universidade de São Paulo). Sentem-se, ainda, honrados com o fato de o magnífico posto ser ocupado por uma colega farmacêutica. Rogamos ao Espírito Santo para que a inspire em sua nova missão.

Jaldo de Souza Santos,

Presidente do Conselho Federal de Farmácia.

Atender portador de hanseníase, agora, é obrigação moral do médico

Agora é oficial: o atendimento a pacientes portadores de hanseníase é imperativo moral da Medicina e nenhum profissional dessa área pode se recusar a fazê-lo. A decisão é do Conselho Federal de Medicina (CFM) que, atendendo à solicitação do Ministério da Saúde, acaba de editar a Resolução número 1.763/05, que regulariza a proposta. A obrigação de atender os portadores de hanseníase estende-se às instituições assistenciais médicas de qualquer natureza, pública ou privada.

A expectativa do Ministério da Saúde é que a Resolução fortaleça a descentralização das ações de eliminação da hanseníase, envolvendo, cada vez mais, o profissional médico nesse processo. A medida é reforçada pela incorpo-



Homem com hanseníase

ração definitiva das atividades de diagnóstico, tratamento e vigilância epidemiológica da hanseníase na rede básica de atenção à saúde, um dos principais pilares do Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase do Ministério da Saúde.

Em março de 2004, o Ministério da Saúde encaminhou a solicitação ao CFM. O objetivo era a elaboração de uma resolução dispendo sobre a responsabilidade ética das instituições e profissionais da Medicina na prevenção, controle e tratamento dos pacientes portadores de hanseníase. O Ministério apontou como parâmetro a Resolução número 1665/

2003, que trata da responsabilidade ética com referência aos portadores do vírus da Aids e soropositivos.

Assistência - O texto final da Resolução, aprovado em reunião Plenária do CFM, no dia 11 de novembro de 2005, também, determina que é da responsabilidade da instituição e de seu diretor técnico garantir e promover a assistência ambulatorial, a internação e o tratamento de intercorrências clínicas, específicas à doença ou de outra natureza, aos portadores de hanseníase, quando houver indicação clínica para tal.

As instituições também deverão responsabilizar-se pela confecção de material de informação, educação e comunicação, com o objetivo de difundir os sinais e sintomas iniciais da doença, possibilitando o diagnóstico precoce e a redução do estigma relacionado à doença.

Fonte: Agência Saúde, do Ministério da Saúde.

Telefones (61)3315-2351, 3315-2005 e 3223-4089, fax (61) 3225-7338.

E-mail imprensa@saude.gov.br e portal www.saude.gov.br

Farmacêutico e vereador Luciano Cartaxo é eleito "parlamentar de ótimo desempenho"

O Vereador e farmacêutico Luciano Cartaxo (PT-PB), Líder do Governo Municipal de João Pessoa, na Câmara de Vereadores, recebeu um diploma por ter sido eleito "Vereador de ótimo desempenho", em 2005. O título é resultado de uma enquete realizada pela "Revista Tribuna", junto aos jornalistas que cobrem os trabalhos da Câmara Municipal, para avaliar o desempenho da atuação parlamentar dos vereadores, durante o exercício legislativo de 2005.

Segundo a pesquisa, Cartaxo ocupou o primeiro lugar da lista de vereadores atuantes, na Câmara da Capital, com 7,5 pontos. "É uma grande honra aparecer em primeiro lugar na enquete realizada e entendemos esse resultado como um forte incentivo para as nossas atividades, ao mesmo tempo em que passa a ser um desafio para mantermos o mesmo padrão de desempenho. Percebemos que o nosso trabalho está sendo aprovado, que estamos contribuindo, de forma positiva para o desenvolvimento da cidade e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos", agradece Cartaxo.



Luciano Cartaxo, farmacêutico e Vereador em João Pessoa

GRIFE AVIÁRIA: pesquisadores da Unifesp alertam que população não deve adquirir antecipadamente medicamentos antivirais

Pesquisadores do Departamento de Infectologia e membros do Grupo de Gripe da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) alertam que a população não deve entrar em desespero e comprar estoques de antivirais, como vem acontecendo em países onde ocorreram os primeiros casos. O alerta foi emitido pela infectologista e pesquisadora de vírus respiratórios da Unifesp, Nancy Bellei, e pelo membro do Grupo de Gripe, João Toniolo, que estão preocupados com a reação das pessoas frente a essa doença.

O fato de pessoas estocarem antivirais, em casa, sem prescrição médica e sem saber, ao certo, como usá-los, demonstra um quadro de pânico por um fato que, na verdade, ainda não está acontecendo. "Há muito tempo, alguns países já estão se preparando para uma pandemia, que pode ser, ou não da gripe aviária. Tudo é muito incerto", declara Nancy Bellei.

Ainda desconhecido para os médicos e pesquisadores, o H5, vírus responsável pela doença nas aves, já sofreu mutação e, agora, é reconhecido como H5N1, quando atinge os humanos. "Ele pode recombinar e se tornar mais transmissível entre humanos ou, o que é mais provável, também, se enfraquecer", explica Toniolo.

Ao contrário do que a população está pensando, a aquisição dos medicamentos, impulsivamente, e a ingestão, sem acompanhamento e prescrição médica, pode ser mais prejudicial do que uma solução. "O tratamento errôneo pode gerar, além de complicações físicas e efeitos colaterais desconhecidos, uma resistência por parte das defesas do



corpo, dificultando outros possíveis tratamentos", diz Bellei.

Existem dúvidas referentes ao uso de antivirais na gripe aviária, porque muitos, ainda, estão em fase de testes. A utilização dos antivirais já tem estudos em andamento que demonstrarão a eficácia do uso dos mesmos. A definição sobre a medicação deve estar dentro de um plano maior, em nível federal e estadual, de combate à gripe aviária, que inclui medidas como barreiras de proteção, disponibilização de vacinas, vigilância aeroportuária

contra a chegada do vírus, entre outras.

Recombinações - A maior preocupação da comunidade médica é que o H5N1 (altamente patogênico em aves) combine com o vírus influenza humano e facilite a contaminação entre humanos. O influenza é o vírus da gripe, responsável por várias pandemias, inclusive a gripe espanhola e, também, pelas epidemias anuais. O H5N1 aviário circula, desde 2003, na Ásia, infectou 117 pessoas, em 2005, e matou 60 delas.



Diabetes responde por 70% das amputações

Cerca de 70% das amputações do sistema de saúde são de partes do corpo de pessoas portadores de diabetes, sendo que um dos principais problemas enfrentados é o chamado *pé diabético*. Pequenas lesões evoluídas pela falta de cuidados geraram, somente em 2004, 17 mil amputações de coxas e pernas, a um custo anual de R\$ 18,2 milhões para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Os números não contam com as cirurgias para retirada de dedos necrosados, que são realizadas em maior quantidade. A situação é considerada dramática pelo Ministério da Saúde e demais organizações internacionais, e foi escolhida como tema do Dia Mundial de Combate ao Diabetes (14 de novembro).

Estima-se que 11% da população brasileira de 40 anos ou mais é portadora de diabetes. Em 1996, a prevalência da doença era de 120 milhões de pessoas, no mundo, e está prevista para atingir 250 milhões, em 2025, devido ao envelhecimento crescente, à obesidade, ao estilo de vida sedentário e às modificações nos padrões diabéticos. As úlceras nos pés são iniciadas por cortes superficiais e deformidades no pé,



muitas vezes, relacionados à perda de sensibilidade do portador da doença. Associado à perda da capacidade de cicatrização, a ferida evolui até à necessidade de amputação.

A prevenção com acompanhamento rígido e educação dos pacientes e dos profissionais de saúde, pode prevenir até 85% dos casos de amputação. A meta da Organização Mundial da Saúde (OMS) é uma redução de 50% das taxas de amputação. Os diabéticos podem se prevenir com a inspeção regular dos pés e o uso de calçados adequados.

Fonte: Agência Saúde, do Ministério da Saúde. Telefones (61)3315-2351, 3315-2005 e 3223-4089, fax (61) 3225-7338. E-mail imprensa@saude.gov.br e portal www.saude.gov.br

Deputado pede que rótulos de medicamentos tragam outra advertência

Projeto de Lei quer que rótulo traga advertência contrária: "Antes de tomar qualquer medicamento, consulte um médico".

O Projeto de Lei número 5211/2005, do Deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), que está tramitando, na Câmara dos Deputados, pede que as indústrias farmacêuticas sejam obrigadas a colocar o seguinte aviso nos rótulos dos medicamentos: "Antes de tomar qualquer medicamento, consulte um médico".

A justificativa do Deputado para essa proposta é a de que medicamento ético é só aquele prescrito por médicos. Lobbe Neto acredita que medicamentos não deveriam ser anunciados na mídia de massa e que a propaganda só deveria ser feita em publicações especializadas e, ainda assim, se fosse direcionada a



Deputado Lobbe Neto (PSDB-SP)

médicos. "Medicamento não pode ser visto como produto comum, pois envolve a saúde de milhões de pessoas", destaca.

O objetivo do Projeto de Lei é alterar a Lei 9294/96, que regula a publicidade de medicamentos. De acordo com a legislação vigente, os medicamentos de venda livre podem ser anunciados nos meios de comunicação e a única exigência é a divulgação da advertência de que o médico deverá ser consultado, caso os sintomas persistam.

No momento, a proposta foi apensada ao Projeto de Lei 1402/99, do Ex-deputado Evilásio (PSB-SP), e será relatada na Co-



missão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pelo Deputado João Batista (PFL-SP). Em seguida, os projetos serão submetidos às Comissões de Defesa do Consumidor e de Seguridade Social e Família.

Fonte: "Jornal DCI" (DCI http://www.dci.com.br/uxesibir_integra.asp?pXML=txt/2005/10/20/21439266)

Estudo revela que lítio protege contra Alzheimer

Uma pesquisa feita pelo Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo) apresentou a capacidade do lítio de inibir a enzima GSK3, principal causadora das lesões características do mal de Alzheimer, durante o 23º Congresso Brasileiro de Psiquiatria, realizado, em Belo Horizonte. O estudo mostrou que dos 66 pacientes idosos que tomaram lítio, durante seis anos, para controlar o transtorno bipolar, doença mental que faz o paciente oscilar entre euforia e depressão, só 4,5% desenvolveram Alzheimer. Já entre aqueles que não consumiram a substância, 33% apresentaram a doença.

O lítio é uma substância barata, livre de patente e produzida, em larga escala, no Brasil, mas não aparece livre na natureza. E, mesmo combinada, não é abundante. O lítio é obtido, principalmente, a partir da espudomena, lepidolite, ambligonite, petalite e eucryptite, aluminossilicatos de lítio. Os sais de lítio, também, são detectados no tabaco, leite, sangue, nas cinzas de muitas plantas e em fontes minerais.

A equipe que realizou a pesquisa, liderada pelo psiquiatra Wagner Gattaz, pretende, agora, publicar os seus resultados finais, apresentados no Congresso e, também, verificar se doses menores da substância igualmente fazem efeito, já que os pacientes bipolares estudados tomam grande quantidade de lítio. Gattaz vai analisar casos de voluntários saudáveis que consumam de um terço a um centésimo das doses de lítio do seu primeiro estudo.

Fonte: (Folha de S. Paulo <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2010200501.htm>)



Anvisa quer selo de segurança para inibir falsificação de medicamentos

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e a Casa da Moeda do Brasil (CMB) firmaram parceria para aperfeiçoar os mecanismos que garantem a autenticidade dos medicamentos comercializados, no Brasil. O Presidente da CMB, José dos Santos Barbosa, e o Diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, assinaram, no dia primeiro de dezembro de 2005, no Rio de Janeiro, um acordo de cooperação técnica para o desenvolvimento de um selo de segurança para inibir falsificações.

O acordo entre as duas instituições prevê, na primeira etapa, que a Casa da Moeda desenvolva um projeto para a criação de um selo-padrão, de uso obrigatório para todos os medicamentos. Atualmente, os medicamentos já são vendidos com lacres de segurança, mas não há uma padronização.

As regras para emissão e utilização do selo serão estabelecidas em uma resolução da Anvisa, após passarem por Consulta Pública. A expectativa é de que a nova legislação seja

consolidada no primeiro semestre de 2006. "A Casa da Moeda, instituição responsável pela fabricação de moedas e cédulas do Brasil, também, tem grande experiência no mercado gráfico de segurança", destaca o Diretor-presidente da Anvisa. Diz, ainda, que, com a parceria, a Anvisa está investindo em alternativas tecnológicas para impedir a circulação de medicamentos falsificados. O selo, concluiu, vai aumentar a segurança dos produtos.

Rastreamento - Outra atividade definida pelo acordo entre a Anvisa e a CMB é o desenvolvimento de mecanismos para garantir o rastreamento dos produtos farmacêuticos. A parceria prevê, ainda, em sua última etapa, que, também, sejam aprimorados instrumentos que garantam a segurança e o rastreamento de cosméticos, saneantes e outros produtos para a saúde.



Seminário Nacional comemora Dia do Farmacêutico



O Dia do Farmacêutico (20 de janeiro) será comemorado, no Rio de Janeiro, com a realização do I Seminário Nacional de Farmacêuticos, que terá como tema a atenção farmacêutica em farmácias e drogarias. O evento contará, ainda, com a realização de um debate com representantes das principais entidades ligadas ao segmento e, também, com profissionais da área acadêmica.

Segundo Luís Carlos Marins, Diretor do CETE, empresa organizadora do Seminário, o objetivo é definir a atenção farmacêutica, avaliar como ela vem sendo praticada, nos Municípios brasileiros, e expor as principais dificuldades que os profissionais enfrentam para executá-la, no dia-a-dia.

O evento vai acontecer no dia 17 de janeiro de 2006, na sede da Fecomércio/RJ, localizada na Rua Marquês de Abrantes, número 99, Flamengo, Rio de Janeiro. Poderão participar farmacêuticos que atuam em farmácias comunitárias e estudantes de Farmácia. As vagas são limitadas. Inscrições pelo telefone (21)2298-2008.



Herceptina pode ser solução contra câncer de mama

A herceptina, medicamento já utilizado no tratamento de câncer em estágio avançado, tem a característica de conseguir atingir apenas células doentes do organismo. Essa substância se mostrou eficaz, também, contra uma forma agressiva de tumor de mama em estágio inicial. Em três estudos recentes, publicados na revista médica *New England Journal of Medicine*, pacientes que foram submetidos à cirurgia e à quimioterapia, usaram a droga juntamente com o tratamento.

Os pesquisadores analisaram mais de 6.500 mulheres com cânceres de mama em estágio inicial. Os três estudos obtiveram resultados muito semelhantes. No primeiro, 220 mulheres submetidas à terapia regular, por um ano, desenvolveram câncer novamente ou algum outro tipo de tumor, ou morreram. Após o uso do medicamen-

to, o índice caiu para 127. A taxa de sobrevivência dos pacientes que usaram herceptina foi 12% maior do que os que não a usaram.

Segundo o jornal "Folha de São Paulo", em três estudos envolvendo milhares de mulheres com a doença, em fase inicial, a droga cortou até pela metade o risco de reincidência do tumor. Mas a herceptina só funciona para cerca de 20% dos casos de câncer, aqueles nos quais as células doentes produzem níveis altos da proteína HER2.

A médica americana Jo Anne Zujewski, chefe de Terapia de Câncer de Mama do Instituto Nacional do Câncer, acredita que a droga é a chave para a cura da doença. "Em 1991, eu não sabia que nós iríamos curar câncer de mama e, em 2005, estou convencida de que vamos fazê-lo", disse. Um dos três estudos foi financiado pela Roche, em-



presa que comercializa a herceptina, na Europa. Os outros dois foram custeados pelo Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos e pela Genentech, fabricante da droga.

Fonte: Folha de S. Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2010200503.htm>)



Automatização de análise de urina ganha nova tecnologia

Acaba de chegar ao mercado brasileiro o primeiro aparelho que analisa automaticamente a urina por meio de imagens. O iQ200 é o primeiro equipamento a garantir um resultado padronizado e preciso em urinálise. O aparelho permite a visualização das partículas presentes na amostra analisada, elimina a subjetividade da interpretação visual do operador que, segundo estudos realizados, pode apresentar variação superior a 35%, além de dispensar etapas de

preparo de amostras (como centrifugação). A visualização das imagens, assim como seu arquivo, garantem a qualidade final do resultado, sem a realização da microscopia manual.

Desenvolvido pela IRIS Diagnostics dos EUA, o iQ200 está presente em 54 países com mais de 250 unidades instaladas. Segundo a REM Indústria e Comércio Ltda, que comercializa o aparelho, no Brasil, o Hospital Israelita Albert Einstein, de São Paulo, é o único a fazer uso desta tecnologia, no País. A análise é realizada, utilizando um microscópio acoplado a uma câmera digital, que registra mais de 500 campos da microscopia manual por amostra, em um minuto. As imagens captadas são analisadas por uma rede neural (APR(tm) - *Auto Particle Recognition*), que considera a forma, textura, contraste e tamanho das partículas para a automática classificação de até 12 categorias diferentes.

Erros de medicação trazem Michael Cohen ao Brasil

Maior autoridade mundial em erros de medicação, o norte-americano Cohen participou do Cifarp, em Ribeirão Preto, e, em março de 2006, vai a Belo Horizonte, para falar do assunto.

Erros de medicação. Eis um problema preocupante, que começa a ganhar fôlego nas discussões travadas no meio acadêmico, no Brasil. Em novembro, a maior autoridade mundial no assunto, o farmacêutico norte-americano Michael Cohen, veio ao País, a convite da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP (Universidade de São Paulo) de Ribeirão Preto, para participar do Cifarp (Congresso Internacional de Ciências Farmacêuticas), em Ribeirão. Ele fez palestra focada na questão dos erros.

Nos dias 17 e 18 de março de 2006, Cohen retorna, desta vez, a Belo Horizonte. Vai participar de um outro evento internacional sobre segurança do paciente relacionada ao uso do medicamento. O evento será coordenado pelo farmacêutico Mário Borges e pela enfermeira Sílvia Cassiani, duas expressões brasileiras na pesquisa sobre erros de medicação.

Michael Cohen é fundador e Presidente do ISMP (*Institute for Safe Medication Practices*), entidade voltada à pesquisa sobre o uso seguro do medicamento, com sede na Filadélfia (EUA). O ISMP é uma ONG influente, nos Estados Unidos. Atua em parceria com a FDA, a agência americana de controle do medicamento e do alimento, e com universidades e centros de pesquisa.

Um dos pioneiros do movimento mundial de identificação e redução de erros de medicação, setor em que atua, há 30 anos, Cohen é, ainda, o mais famoso e respeitado divulgador do assunto, no mundo. É, também, um dos fundadores do *Medication Error Reporting Program*, programa americano de notificação de erros de medicação, atualmente, administrado pela Farmacopéia Americana. Desde 1976, Cohen é professor-adjunto associado da *Temple University School of Pharmacy*, na Filadélfia. O livro de sua autoria, *Medication Error* (1999), é referência mundial no assunto.



Farmacêutico norte-americano Michael Cohen volta ao Brasil, em março

Coordenadores de cursos de Farmácia debatem adequação às Diretrizes Curriculares

Promover a troca de informações e experiências relacionadas à adequação das unidades de ensino farmacêutico às Diretrizes Curriculares. Este foi o objetivo do **III Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Farmácia**, realizado pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2005, no auditório do Centro Universitário Unieuro, em Brasília.

O evento, organizado pela Comissão de Ensino do CFF, foi, ainda, um fórum importante para que coordenadores de cursos apresentas-



sem as suas idéias sobre a implementação de ações de caráter social na academia, e sobre os processos de adequação e normatização de trabalhos de conclusão de curso que, também, fazem parte das mudanças previstas nas Diretrizes.

Cerca de 80 coordenadores de cursos de Farmácia de universidades públicas e privadas de todo o País participaram do III Encontro. A sua realização é parte da política do CFF, de apoiar a educação farmacêutica, com o objetivo de formar profissionais amplamente qualificados.